



RELATÓRIO DE ATIVIDADES Nº 02/2017

1. Situação da CEMDP na estrutura do Ministério de Direitos Humanos

Nos termos da Lei 9.140/95, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) deve funcionar *junto à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que lhe dará o apoio necessário.*

Após as várias alterações havidas no âmbito governamental, a situação atual é a de que, de acordo com o recém-editado Decreto de Estrutura nº 9.122, de 09 de agosto de 2017, a Secretaria Especial de Direitos Humanos passou a ser denominada Secretaria Nacional de Cidadania (SNC) e é vinculada ao Ministério de Direitos Humanos (MDH).

A SNC/MDH está sob de titularidade da Secretária Flávia Piovesan¹ e é o setor responsável por conferir o apoio legal à CEMDP. Isto porque, conforme esse último decreto de estrutura, apesar de a CEMDP não estar prevista entre nenhum dos órgãos colegiados vinculados à SNC/MDH, as atividades relativas às suas finalidades estão previstas na Seção II, art. 10, que diz respeito às competências da SNC. Confira-se:

Art. 10. À Secretaria Nacional de Cidadania compete:

[...]

VIII - proceder ao pagamento de indenizações decorrentes de decisões da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; e

IX - coordenar as ações de promoção do direito à memória e à verdade.

Em relação aos cargos e funções que a SNC/MDH poderá colocar à disposição para apoio à CEMDP, consta do Anexo II do Decreto: um cargo de

¹ Tendo em vista a sua eleição para ser uma das integrantes da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ela permanecerá na SNC/MDH apenas até o último trimestre de 2017.

coordenação geral para Direito à Memória e à Verdade e Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (FCPE 101.4); e dois cargos de coordenação (DAS 101.3)².

2. **Ações de buscas de corpos**

2.1. *João Leonardo da Silva Rocha*

Foram realizadas, pelas colaboradoras Márcia Hattori e Mariana Inglez, a pedido da CEMDP, diligências de investigação e de delimitação da área a ser exumada no cemitério de Palmas do Monte Alto/BA.

Foi indicada e georreferenciada uma região que possui aproximadamente 05 (cinco) sepulturas. A diligência de exumação, que já conta com a autorização de familiares de pessoas inumadas nessas sepulturas, bem como com o apoio das autoridades locais, irá ocorrer no período de 28/08 a 01/09 próximos.

A atividade terá ainda o apoio da Procuradoria da República em Guanambi/BA, do IML do Estado da Bahia, da Senasp, cujo representante, Dr. Samuel Ferreira é quem localizou e coordenará os trabalhos dos demais peritos.³ O familiar Mário Rocha acompanhará pessoalmente a equipe, com passagens e diárias custeadas pela CEMDP/MDH.

2.2. *Grupo de Trabalho Perus (GTP)*

Até o momento a equipe multidisciplinar que compõe o GTP foi responsável pela abertura e limpeza de 702 caixas contendo ossadas, dentre as quais 690 foram analisadas, 166 revisadas, bem como pelo corte de mais de 100 amostras ósseas, que estão armazenadas em freezer especial existente no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), adquirido pela Unifesp para esta única finalidade. O total de caixas é de 1.047.

² Hoje a CEMDP, além desses 03 cargos acima, dentre os quais apenas um está preenchido, conta com 03 (três) funcionários terceirizados; 02 (dois) servidores cedidos; 02 (dois) estagiários; 01 (um) bolsista do convênio SDH/FUNAP.

³ Profissionais colaboradores: Marcos Paulo Salles Machado e Andersen Liryo da Silva, antropólogos forenses/dentista; Mariana Inglez dos Reis e Gina Faraco Bianchini, arqueólogas; Marcelo de Lawrence Bassay Blum e Márcio Maciel Cavalcante, geólogos.

Os termos da Carta Acordo da CEMDP/MDH com o laboratório estrangeiro *International Commission on Missing Persons* (ICMP) foram finalizados e a ICMP já procedeu à sua assinatura da Carta Acordo, por seu representante Thomas Parsons. Aguardam-se as finalizações das assinaturas para este mês de agosto e a remessa das 100 (cem) amostras já cortadas até meados de setembro de 2017, ainda para a unidade da Bósnia-Herzegovina. A partir de 2018 as remessas serão destinadas para Haya, para onde as atividades de análises da ICMP serão transferidas.

A coleta de amostras de sangue de familiares das vítimas prossegue, porém em ritmo mais lento neste ano de 2017, pois a maioria dos familiares localizados já tiveram suas amostras colhidas. A continuidade depende agora de um trabalho de investigação sobre os endereços ainda desconhecidos e de novas entrevistas com familiares. As amostras já colhidas seguem armazenadas na CEMDP/MDH e no CAAF/Unifesp.

Apesar de a equipe de trabalho ter sido reduzida neste primeiro semestre de 2017, tendo em vista o término de contrato de alguns consultores, os trabalhos prosseguiram, em ritmo compatível com o ano anterior. No mês de julho, a CEMDP pôde finalmente lançar novos editais para a contratação de mais 05 (cinco) consultores. Portanto, a partir de setembro, a equipe terá profissionais em número suficiente para se ampliar o número de mesas para análises *post mortem*, dar sequência às revisões para cortes de amostras e para a retomada do trabalho *ante mortem*.

A transferência de recursos pelo Ministério da Educação à Unifesp continua suspensa, a despeito de todos os esforços administrativos nesse sentido, tanto pela Unifesp como pela CEMDP, SNC e MDH. Partiu-se para a realização de uma rodada de audiências judiciais de tentativa de conciliação, na Justiça Federal. Espera-se que o Ministério da Educação não permaneça indiferente à responsabilidade da União neste aspecto. A Unifesp está fazendo tratativas junto à Prefeitura Municipal para obter o repasse do orçamento aprovado em 2016, mas ainda sem êxito. Os integrantes do Comitê Gestor do grupo de trabalho vêm se cotizando para a aquisição de produtos básicos, como serras, colas, materiais de limpeza, pó de café.

Diante desse cenário, a Reitoria da Unifesp informa que se nenhum repasse for feito até esse mês de agosto, não terá mais como continuar custeando o CAAF, hipótese em que todo o acordo de cooperação precisará ser revisto para que as

análises não sejam paralisadas. Nestes termos, a CEMDP agradece eventuais sugestões e busca de apoios.

2.3. Grupo de Trabalho Araguaia (GTA)

Os Ministérios da Justiça, da Defesa e dos Direitos Humanos editaram portarias indicando representantes para reconstituição do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), que são: Sávio Luciano de Andrade Filho, Edmundo Theobaldo Muller, pelo Ministério da Defesa (MD); Magda Fernanda Medeiros e David dos Santos Linpritz, pelo Ministério da Justiça (MJ), Daniel Josef Lerner e Cristina Pires Schein, pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Entretanto, considerando-se a exoneração do Coordenador-Geral Daniel Lerner neste mês de julho de 2017, a pedido, a representação do MDH no GTA está sendo exercida provisoriamente apenas por Cristina Schein.

Ainda não foi definida nenhuma diligência de campo, principalmente diante das dificuldades orçamentárias. Nesse sentido, a CEMDP pleiteou ao Secretário Executivo do MDH o seu empenho junto aos demais Ministros para viabilização dos trabalhos da equipe. A CEMDP apresentou as seguintes prioridades: (i) escavações no quintal de uma residência em Marabá - PA; (ii) investigação sobre o depoimento de testemunha que diz ter visto ossadas em um determinado ponto da Base Cabo Rosa; (iii) término da escavação arqueológica da base de Xambioá; (iv) a realização de trabalho com GPR e georreferenciamento no cemitério de Marabá e na região de Araguaína.

2.4. Termo de cooperação no Rio de Janeiro

A CEMDP está em vias de assinar protocolo de intenções com a Coordenadoria de Memória e Verdade no Estado do Rio de Janeiro no sentido de trabalharem em conjunto para realização dos trabalhos *antemortem*, de investigação e *postmortem* naquele Estado.

Para tanto, a Coordenadoria, hoje com dois integrantes, poderá continuar utilizando-se das salas cedidas pela Caixa de Assistência aos Advogados do Rio de

Janeiro (CAARJ) para trabalhar em conjunto com dois consultores contratados pela CEMDP e com profissionais de outras áreas que forem cedidos.

Os editais para a contratação desses 02 (dois) consultores foram publicados no início do mês de agosto, estando os profissionais em fase de seleção.

Foram agendadas diligências da CEMDP e do coordenador científico, Samuel Ferreira, ao Cemitério Ricardo Albuquerque no Rio de Janeiro/RJ e nos cemitérios Municipal e Worms, de Petrópolis/RJ.

3. Orçamento

A CEMDP conta com recursos orçamentários repassadas pela SDH e por meio de emendas parlamentares propostas, até o momento, pelos deputados e deputadas federais: Luiza Erundina (PSOL/SP), Paulo Teixeira (PT/SP), Paulo Pimenta (PT/RS), Glauber Braga (PSOL/RJ) e Alessandro Molon (REDE/RJ).

Ocorre que, conforme tabela abaixo, para este ano de 2017, apenas a emenda do Deputado Alessandro Molon foi liberada, ou seja, R\$ 300.000,00. Portanto, no momento, a CEMDP ainda está trabalhando com recursos oriundos dos anos de 2015 e 2016, conforme tabela abaixo:

Recurso	Destinação	Etapa	Valor	Status
Emenda Deputada Luiza Erundina - exercício 2015	DNA Perus	Dinheiro em conta	1.854.231,00	Em utilização
Emenda Deputado Alessandro Molon - exercício 2015	Consultores de Perus	Dinheiro em conta	300.000,00	Em utilização
Repasse SDH - exercício 2016	Consultorias Araguaia e outras em definição	Dinheiro empenhado	500.000,00	Aguardando depósito
Emenda Deputado Glauber Braga - exercício 2016	Consultorias Perus e Rio de Janeiro	Dinheiro em conta	850.000,00	Em utilização
Emenda Deputado Alessandro Molon -	Passagens e outras a definir	Aguardando empenho	300.000,00	-----

exercício 2017				
Emenda Deputado Paulo Pimenta - exercício 2017	A definir	Aguardando liberação orçamentária	100.000,00	-----
Emenda Deputado Paulo Teixeira - exercício 2017	A definir	Aguardando liberação orçamentária	300.000,00	-----
Emenda Deputada Luiza Erundina - exercício 2017	DNA Perus	Aguardando liberação orçamentária	500.000,00	-----
Emenda Deputado Glauber Braga - exercício 2017	A definir	Aguardando liberação orçamentária	200.000,00	----
Repasse SDH - exercício 2017	A definir	Aguardando liberação orçamentária	300.000,00	----

A partir desse mês de agosto a CEMDP iniciará reuniões com parlamentares visando à obtenção de emendas para o ano de 2018, bem como com representantes do MDH para que o orçamento da CEMDP seja aumentado para níveis compatíveis com suas finalidades.

4. Outras ações

4.1 Ações de Memória e Verdade

A CEMDP aguarda do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), uma decisão quanto à destinação e utilização do imóvel conhecido como Casa Azul, em Marabá/PA, como espaço cultural e de memória, sendo que o órgão ainda não se pronunciou.

Entre os imóveis considerados mais importantes para fins de destinação a espaços de memória, a CEMDP vem identificando, além da Casa Azul: a antiga base de Xambioá; a Casa da Morte (Petrópolis/RJ); o Dopinha (Porto Alegre/RS); os Dops (RJ e SP) e o Memorial da Anistia em Belo Horizonte/MG.

A CEMDP vem fazendo contato com as autoridades municipais, pleiteando a edição de decretos de tombamento para a Casa Azul, Casa da Morte e Dopinha/RS, o que seria um primeiro passo para se resguardar tais imóveis.

Quanto à Casa da Morte, verificou-se que o decreto de desapropriação editado pelo município vai expirar em 23.08.2017, sendo necessária a aquisição do imóvel ou edição de decreto de desapropriação pelo governo federal. A CEMDP vem pleiteando ainda o envolvimento de entidades privadas e da Unesco no projeto.

4.2. Modificações da Lei nº 9.140/95

Ainda não há qualquer novidade nesse sentido. Logo, considera-se que o melhor é apresentar um projeto de lei mais completo do que o anterior, que prevê apenas a ampliação de prazos para pedidos de indenização, para contemplar: a) outras situações de graves lesões a direitos humanos causadas pela ditadura militar; b) uma uniformização no pagamento de indenizações por danos morais e materiais que vêm sendo obtidas de maneira aleatória perante vários estados e órgãos judiciais, c) a instituição de um órgão de seguimento das atividades da Comissão Nacional da Verdade.

4.3. Encontros com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)

A CEMDP segue nessa parceria sendo que foram todos recebidos pela Ministra Luislinda Valois, do MDH em 16 de maio de 2017.

Na ocasião, deliberou-se pela instituição de um grupo de estudos que possa apresentar propostas para atendimento adequado de familiares de pessoas desaparecidas, bem como estratégias que visem à mitigação do fenômeno do desaparecimento, inclusive com projeto nacional de organização de cemitérios. Esse grupo ainda não foi constituído, mas poderá abranger as tentativas da CEMDP no mesmo sentido junto ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), noticiadas no relatório 01/2017 e que também não foram levadas adiante, a despeito dos convites enviados aos participantes das reuniões de trabalho.

Também a partir das reuniões com o CICV, esta Comissão foi informada de que os familiares de mortos e desaparecidos políticos consideram como insuficiente a atual forma de comunicação (via relatórios periódicos).

Sendo assim, a CEMDP passará a disponibilizar na sua página no Facebook (<https://www.facebook.com/fanpagecemdp/>), bem como no site <http://cemdp.sdh.gov.br/>, as notícias mais imediatas sobre suas atividades, e as atas das reuniões ordinárias da CEMDP.

A CEMDP continua à disposição dos familiares para comunicação pelo telefone (061) 2027-3484 e pelo e-mail: desaparecidospoliticos@sdh.gov.br.

4.4. Realização de audiências públicas e outros eventos

Apresentação de resultados do Grupo de Trabalho de Perus e do Projeto Crimes de Maio de 2006: Em 29 de março de 2017, foi realizada a apresentação dos resultados parciais do Grupo de Trabalho Perus e do Projeto Crimes de Maio de 2006, em Santos, evidenciando a importância do legado de pesquisa e metodologia que, utilizadas em Perus, tem contribuído para o avanço da antropologia forense no Brasil.

Curso de especialização em Antropologia, Ciências Forenses e Direitos Humanos: Conforme noticiado no último relatório, a Unifesp está realizando, no âmbito de financiamento que obteve junto ao Fundo Newton, o primeiro curso de *Antropologia, Ciências Forenses e Direitos Humanos do Brasil*. O curso vem sendo procurado por estudantes de todo o país e tem sido uma grande oportunidade de formação de profissionais para atuar na antropologia forense, sob uma perspectiva de promoção e defesa dos Direitos Humanos e em casos de desaparecimento forçado de pessoas⁴.

Preparação de Seminário de Memória e Verdade no âmbito da XXX Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL – RAADH/2017: A CEMDP planeja Seminário sobre Memória e Verdade como atividade complementar à reunião da Comissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça, no âmbito da XXX RAADH/2017, a ser realizada em Brasília, entre os dias 24 e 27 de outubro de 2017.

⁴ A CEMDP esclarece, em relação a notícias de que esses estudantes estariam utilizando-se das ossadas de Perus para estudo particular, essas informações não procedem. Tais estudantes, assim como outros pequenos grupos interessados e previamente agendados, como, por exemplo, os de líderes comunitários do bairro Perus, tão somente têm a oportunidade de visitar o CAAF e conhecer de perto os trabalhos *postmortem* que vêm sendo realizados. A medida contribui com a proposta original do CAAF que é o de transformar as análises do GTP em um legado histórico para a formação de profissionais no país.

Audiência Pública da CEMDP em Porto Alegre: AUDIÊNCIA PÚBLICA da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em parceria com as Clínicas do Testemunho e o Comitê Estadual contra a Tortura do Rio Grande do Sul, foi realizada no dia 23 de Junho de 2017, no auditório da Procuradoria da República do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS.

Audiência Pública da CEMDP em Belo Horizonte: AUDIÊNCIA PÚBLICA da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em parceria com o Centro de Estudos de Justiça de Transição da UFMG, **será realizada** no dia 06 de setembro de 2017, na Faculdade de Direito da UFMG, Edifício Villas-Boas, Sala da Congregação (2o andar), Av. João Pinheiro, 100, Centro, Belo Horizonte/MG.

4.6. Retificações de atestados de óbito

A CEMDP quer atender o mais rapidamente possível essa importantíssima reivindicação dos familiares. Ocorre que os casos e situações de morte e de desaparecimento são absolutamente díspares, demandando um estudo específico de cada caso, sendo que nem todas as famílias possuem essa demanda, a qual às vezes se relaciona apenas com grafia de nomes e nem sempre com a causa e local da morte.

Sendo assim, buscando atender corretamente às pessoas efetivamente interessadas, **solicita-se aos familiares que desejarem as retificações dos atestados, que enviem e-mail para o endereço eletrônico cemdp.certidao@sdh.gov.br**, enviando cópia da certidão de óbito que possuem e especificando o tipo de alteração que pretendem:

- () causa da morte;
- () local da morte;
- () grafia de nome(s);
- () outro(s).

OBS.: no caso de solicitações de alteração de grafias, estado civil ou outras situações pessoais, solicita-se o envio de cópia do respectivo documento comprobatório.

5. Considerações finais

Pedimos aos senhores e senhoras familiares que, ao receberem o presente relatório, confirmem o seu recebimento, para que possamos saber se esta forma de comunicação vem chegando a seus principais destinatários.

É também nosso objetivo apresentar essas informações a todas as pessoas interessadas. Por esse motivo, o presente relatório está sendo enviado também a parlamentares, jornalistas, autoridades interessadas e será mantido para consulta pública no sítio eletrônico <http://cemdp.sdh.gov.br/>.

Brasília, 15 de agosto de 2017.

Eugênia Augusta Gonzaga

Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos